

✓
11/11/19



Relatório de Gestão

2019

PENAPARQUE 2 - Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova EM

Parque Industrial da Espinheira, Sala 8

Sazes do Lorvão

NIPC 506963802

Inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Penacova sob o nº 1

ORGÃO SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - Humberto José Baptista Oliveira

Administrador - António Ralha Ribeiro

Administrador - Celso Gaspar Vieira Simões

ASSEMBLEIA GERAL

Representante do Município de Penacova - João Filipe Martins Azadinho Cordeiro

FISCAL ÚNICO

Sociedade Revisores Oficiais de Contas

- Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados SROC SA

Nos termos do art. 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos da empresa submetemos à apreciação o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2019, da sociedade PENAPARQUE 2 - Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M..

1- ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

A **PENAPARQUE 2, E.M.**, teve em 2019 a responsabilidade da gestão dos seguintes equipamentos/actividades municipais:

- Parque Industrial da Espinheira e os respectivos serviços de apoio (Bar);
- Zonas de estacionamento público de duração limitada na vila de Penacova;
- Parque de Estacionamento da Rua da Eirinha;
- Parque de Campismo Municipal de Vila Nova;
- Museu do Moinho (Portela de Oliveira).
- Posto de Turismo de Penacova
- Bar do Reconquinho
- Cafetaria do Moinho
- Café Turismo
- Bar 21
- Restaurante das Piscinas de Penacova
- Restaurante Panorâmico

Cada uma destas actividades, respeitam às seguintes áreas previstas no objecto social, nomeadamente:

- Área de intervenção da gestão e manutenção de espaços industriais e comerciais;
- Área de intervenção da gestão e manutenção de espaços de estacionamento público;
- Área de intervenção da gestão e manutenção de investimentos turísticos e restauração;
- Área de intervenção da gestão e manutenção de investimentos em energias renováveis.

1.1-Parque Industrial da Espinheira

No ano de 2019 tivemos taxas de ocupação similares aos anos anteriores. No que toca aos módulos do Pavilhão Industrial continuamos com uma taxa de 100% de ocupação. Ao longo dos últimos anos várias entidades mostraram interesse em arrendar espaços, pelo que temos tido uma dinâmica interessante e ainda mantemos uma lista de espera de entidades com interesse em arrendar um dos nossos espaços assim que algum fique vago. Conforme verificado em 2018, o Pavilhão tem problemas de escoamento das águas pluviais, não só pela deterioração das caleiras, como pela parca capacidade de escoamento interno das caleiras. Em 2019 foi necessário reparar de urgência a Caleira mais a Norte, e será necessário, durante o ano de 2020, reparar pelo menos mais uma caleira, que contamos ser a intermédia.

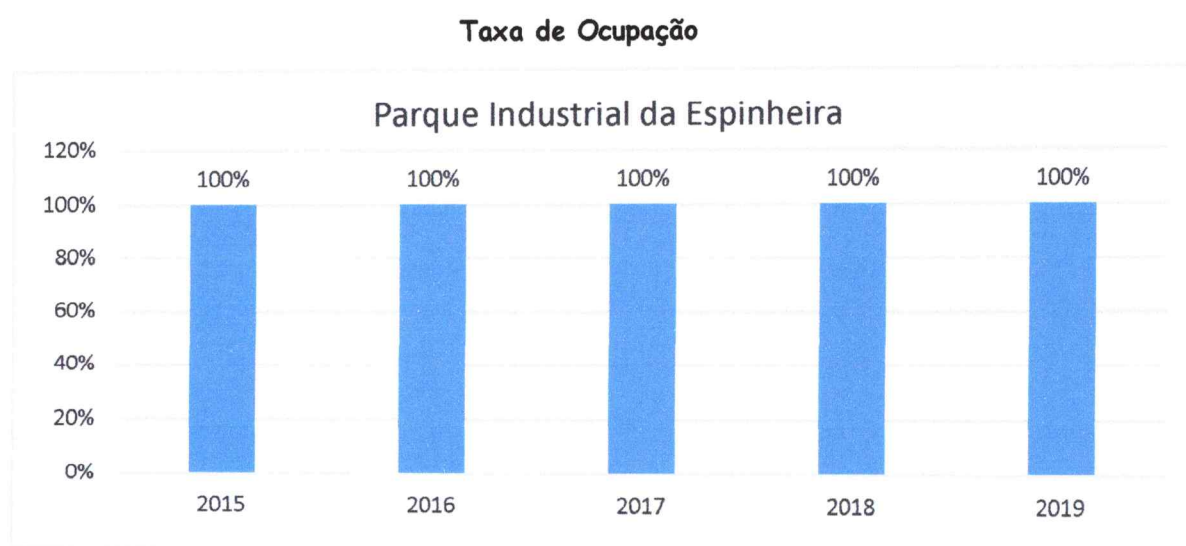



Gráfico 1

O Gráfico 1 evidencia que a taxa de ocupação dos módulos do Pavilhão Industrial se mantém nos 100% desde 2015.

Em relação ao edifício administrativo, a taxa de ocupação teve uma diminuição em 2019, que se verificou sobretudo pela Insolvência da Associação PENSAR.



O pequeno refeitório que serve os funcionários das empresas instaladas no Parque não teve alterações significativas nas principais rubricas, embora em 2019 se tenha interrompido a melhoria do resultado negativo que se vinha a verificar desde 2016. Os resultados cifraram-se no montante de 7.426,10€. Tendo em conta a pandemia que está a causar uma grave crise social, económica, financeira e de saúde pública, é de esperar que no ano de 2020 a Cantina registre prejuízos muito superiores aos registados nos anos anteriores. A aposta será em prestar um serviço de qualidade, respeitando as regras e recomendações da DGS, e acima de tudo desenvolver um serviço de apoio ao funcionamento das diversas entidades do Parque Industrial da Espinheira.

Resultados Cantina

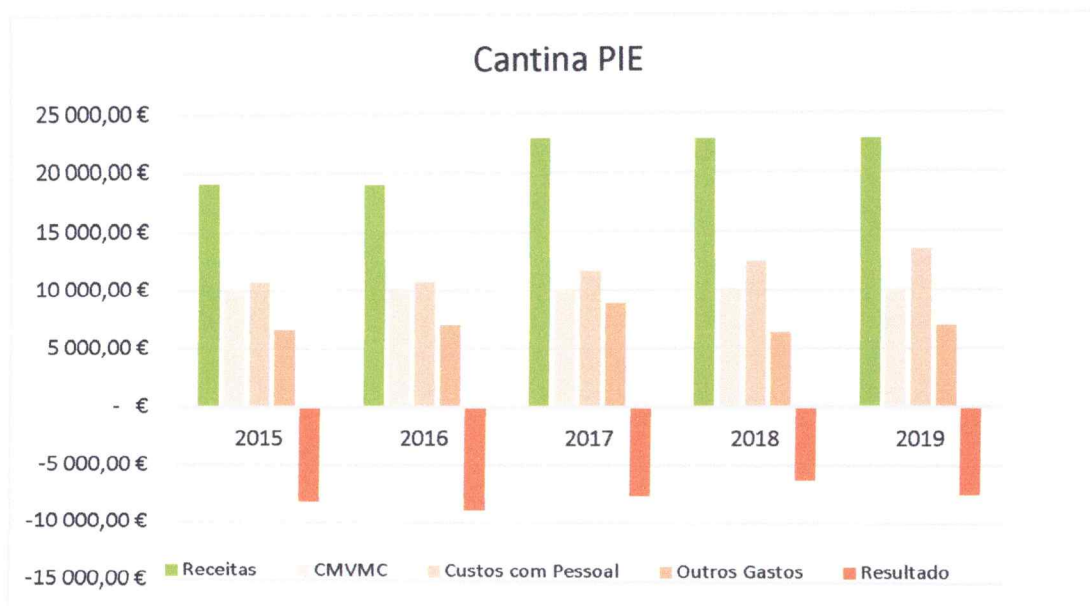


Gráfico 2

1.2-Estacionamento Público

Nesta área de intervenção, a **PENAPARQUE 2, E.M.** actuou na gestão do estacionamento público determinado pela Câmara Municipal como espaço de estacionamento de duração limitada.

Resultados Estacionamento

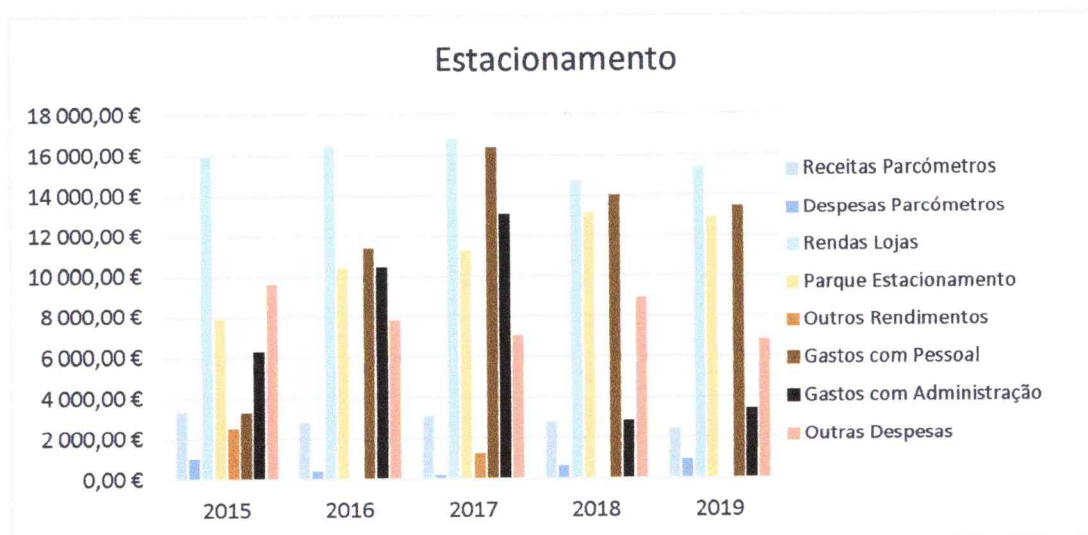


Gráfico 3

Em 2019 a empresa atingiu novamente resultados positivos nesta área de intervenção (resultado positivo de 6.138,19€). O Parque de Estacionamento de Penacova é regularmente usado pelos munícipes, sendo que em vários momentos da semana atinge a sua máxima lotação. Neste ano foi alargado o sistema de videovigilância do Parque aos restantes locais comuns do edifício, como as escadas, e os pisos de estacionamento. A pedido dos arrendatários das lojas (em consequência de um furto que ocorreu na Loja E), foi também incluído no circuito de videovigilância o átrio das lojas.

1.3-Parque de Campismo Municipal

Pelo sexto ano consecutivo, a **PENAPARQUE 2, E.M.** não assegurou a exploração do Parque de Campismo Municipal, localizado em Vila Nova, esta está entregue a um privado através de concessão de exploração.

Resultados Parque de Campismo

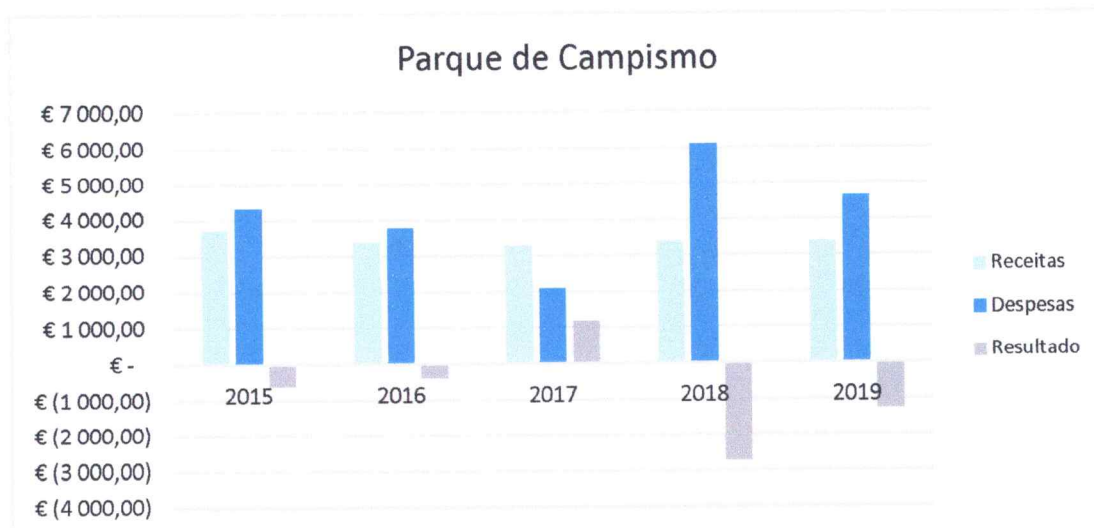


Gráfico 4

Durante o ano de 2019 a **PENAPARQUE 2, E.M.** concluiu várias intervenções que incluíram uma pintura geral das fachadas exteriores, a remoção de 15 árvores que expõem algodão na Primavera e início de Verão, a plantação de 15 Amieiros, e a colocação de louças sanitárias adequadas nos balneários.

1.5 - Café Turismo, Restaurante Piscinas de Penacova e Restaurante Panorâmico

Através de contrato programa celebrado entre o Município de Penacova e a Penaparque, foi atribuída a gestão do espaço Café Turismo, Restaurante Piscinas de Penacova e Restaurante Panorâmico à Penaparque.

No ano de 2015, e após o fim do termo do contrato anterior que o concessionário tinha com o Município de Penacova, foi realizado um concurso para o espaço Café Turismo, no qual foi vencedor o promotor Paulo Duarte.

No final do ano de 2017 foi atribuída à empresa Fator Boémio Lda a concessão de exploração do Restaurante das Piscinas de Penacova. A Fator Boémio Lda terminou a sua

atividade no final do ano de 2019, por falecimento do gerente da firma. Foi lançado novo concurso em 2020.

Relativamente ao Restaurante Panorâmico, o concurso foi concluído a meio de 2017, e o restaurante está a ser explorado pela empresa Sentido Gabarito Lda.

O snack-bar da Praia Fluvial do Reconquinho está a ser explorado desde 2019 pela empresária em nome individual Edite Ferreira.

Resultados Espaços de Restauração

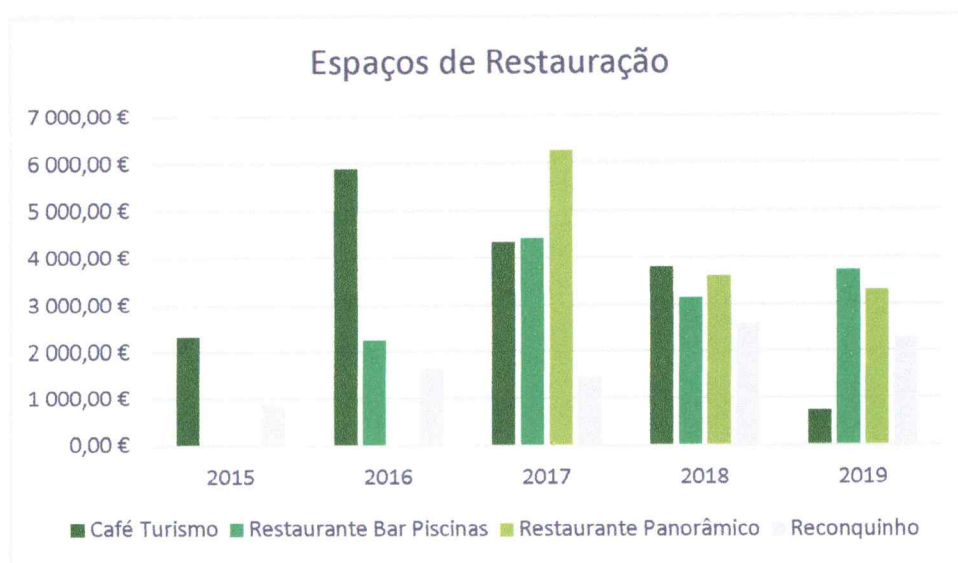


Gráfico 5

1.6. Portela de Oliveira

A Área de Intervenção da Portela de Oliveira compreende a gestão do Museu do Moinho, e do espaço de apoio de cafetaria conhecido como Cafetaria do Museu.

Em 2016 foi dada a conhecer à comunidade de Penacova e da região o novo espaço do Museu do Moinho. Em 2019 o Museu do Moinho teve um incremento de 56% no número de visitantes.

Visitação Museu do Moinho

Handwritten signature/initials

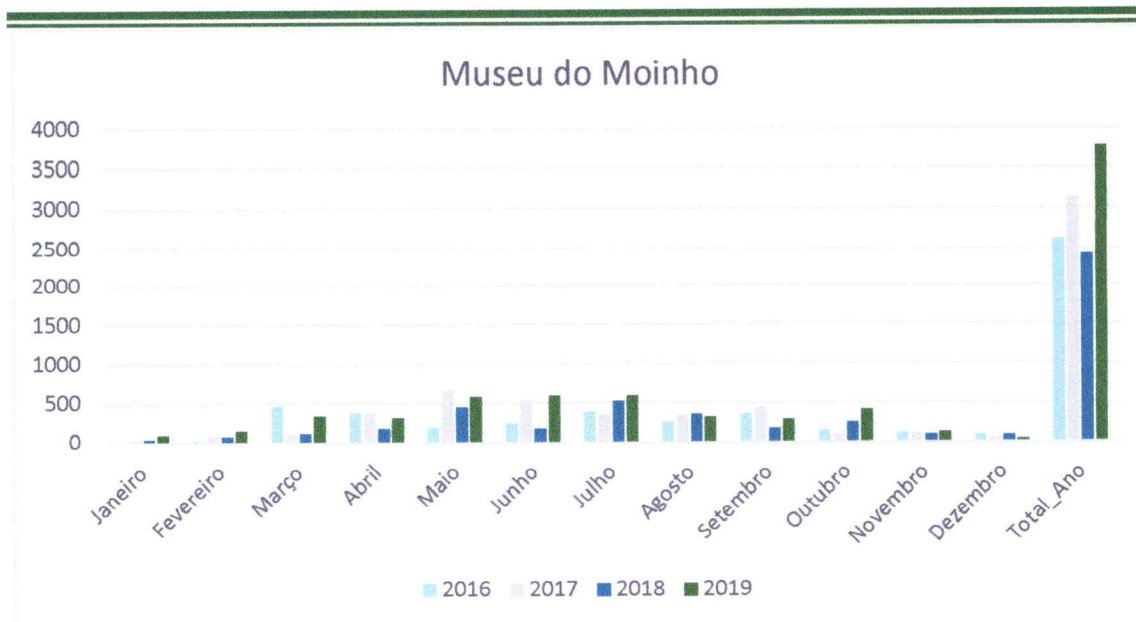


Gráfico 6

Tendo em conta a pandemia que afeta o País e o Mundo, é de esperar que o número de visitantes do Museu do Moinho tenha uma quebra significativa no ano de 2020.

1.7. Rotas de Penacova

Em 2017 a Penaparque2 E.M. colocou no mercado um novo produto turístico: Rotas de Penacova. Este produto não é mais que um aglutinador de experiências e de espaços que existem no concelho de Penacova, através de visitas acompanhadas e guiadas pelos colaboradores da empresa. Foram desenvolvidas algumas iniciativas a partir do quarto trimestre de 2016, ao nível do estudo de mercado e de testes de produto no sentido de planificar o serviço e a comunicação do mesmo. Em 2017 iniciou-se uma pequena divulgação que resultou em várias visitas de grupos a Penacova. Em 2018 voltámos a fazer divulgação, mas com suportes físicos mais adequados e foi criada a página no Facebook para divulgar o serviço. Novamente em 2018 e em 2019 conseguimos trazer várias centenas de pessoas a Penacova para visitar o nosso território. Em 2020, e tendo em conta a situação que se vive, não temos expectativas de realização de visitas com este produto turístico.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. M. P.', is located in the top right corner of the page.

1.8. Mosteiro de Lorvão

Em 2019 a Penaparque2 EM foi convidada a gerir administrativamente os espaços de visitaço do Mosteiro de Lorvão. Nesse sentido, foi realizado um protocolo de colaboraço entre a empresa, o Município, e a Paróquia de Lorvão, e foi também celebrado um contrato programa gestão do Mosteiro de Lorvão entre a empresa e o Município, que tem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2020.

2 - ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

2.1-Desempenho financeiro

De acordo com o nº 1 do art. 66º do Código das Sociedades Comerciais neste capítulo apresentamos o desempenho e a posição financeira da empresa.

Relativamente ao desempenho global da empresa efectuaremos a análise da evolução das principais rubricas da demonstração de resultados desde o período de 2015 ao período de 2019.

Evolução rubricas de desempenho

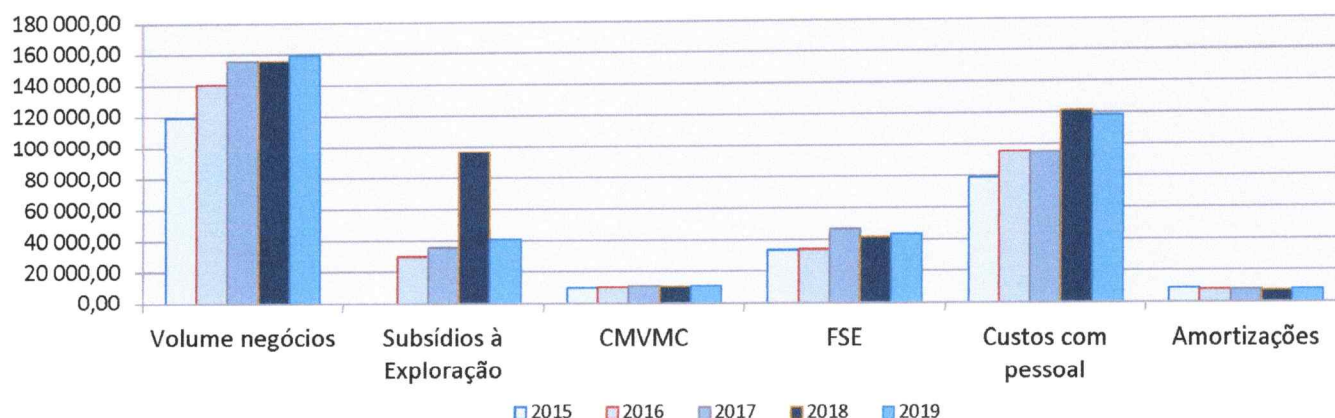


Gráfico 7

Através da análise do Gráfico 7, verificamos que o Volume de Negócios teve um pequeno aumento de 3.644,54€ e os FSE também um pequeno aumento em 1.794,11€. De realçar a acentuada redução do montante de Subsídios à Exploração (-55.251,91€) e a pequena redução dos Custos com Pessoal (-2.722,79€), enquanto que as restantes rubricas tiveram aumentos reduzidos (CMVMC em 300,30€ e Amortizações em 707,32€).

A redução de Subsídios à Exploração deve-se à não cobertura de prejuízos no ano de 2019, que em 2018, por força das imparidades reconhecidas, atingiram um montante significativo.

Relativamente aos ativos adquiridos após 2010, tendo em conta a NCRF 7 (Activos Fixos Tangíveis), estes passaram a ser depreciados num regime duodecimal, para que a depreciação de um activo se inicie quando este esteja disponível para uso, isto é, quando estiver na localização e condição necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida.



Gráfico 8

As variações nas diferentes rubricas refletem-se nos resultados operacionais e líquidos, sendo que em 2018 houve uma queda significativa nos resultados operacionais e o registo de um prejuízo. Conforme se pode verificar no Gráfico 8, em 2019 a empresa volta a registar um resultado líquido positivo, pelo que existe uma estabilização desta rubrica nos últimos anos com a exceção do ano de 2018.

2.2 - Posição financeira

Neste capítulo será apresentada aquela que tem sido a evolução da estrutura financeira da **PENAPARQUE 2, E.M.** ao longo dos cinco últimos anos.

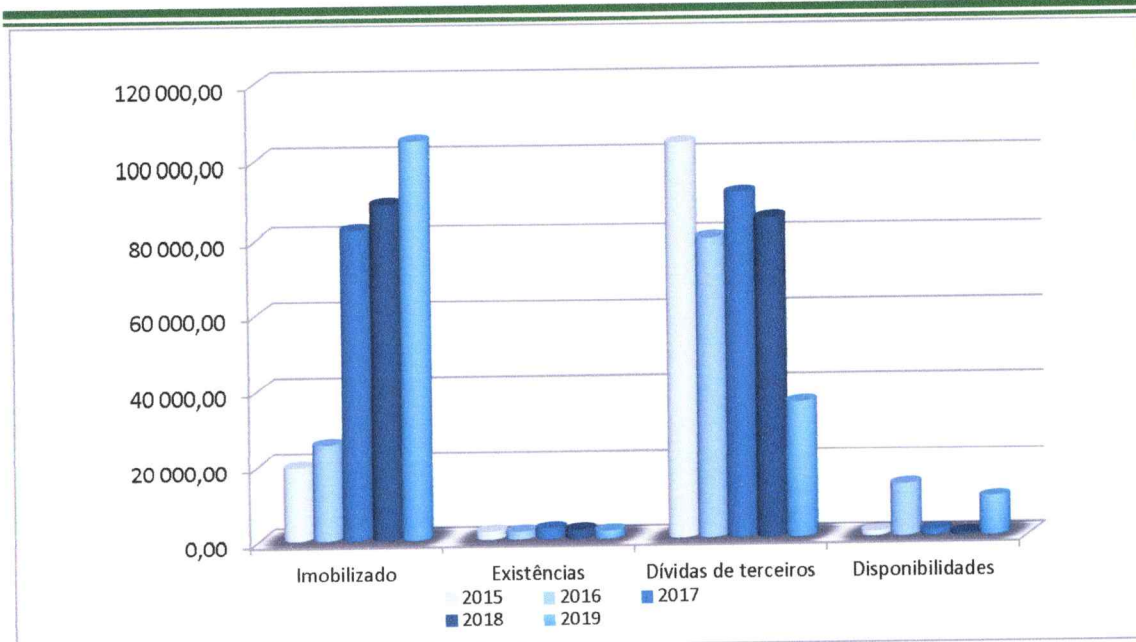


Gráfico 9

Pela análise do Gráfico 9, verificamos que as rubricas Imobilizado e Disponibilidades tiveram um aumento, ao passo que a rubrica Dívida de Terceiros teve uma acentuada descida.

Se efetuarmos uma análise ao peso relativo que cada uma das rubricas apresentada tem no Activo Líquido, verificamos que o imobilizado continua a evoluir positivamente no seu peso relativo, enquanto que em sentido contrário, as dívidas de terceiros vêm continuamente a evoluir negativamente no seu peso relativo do total do Ativo (**Gráfico 10**).

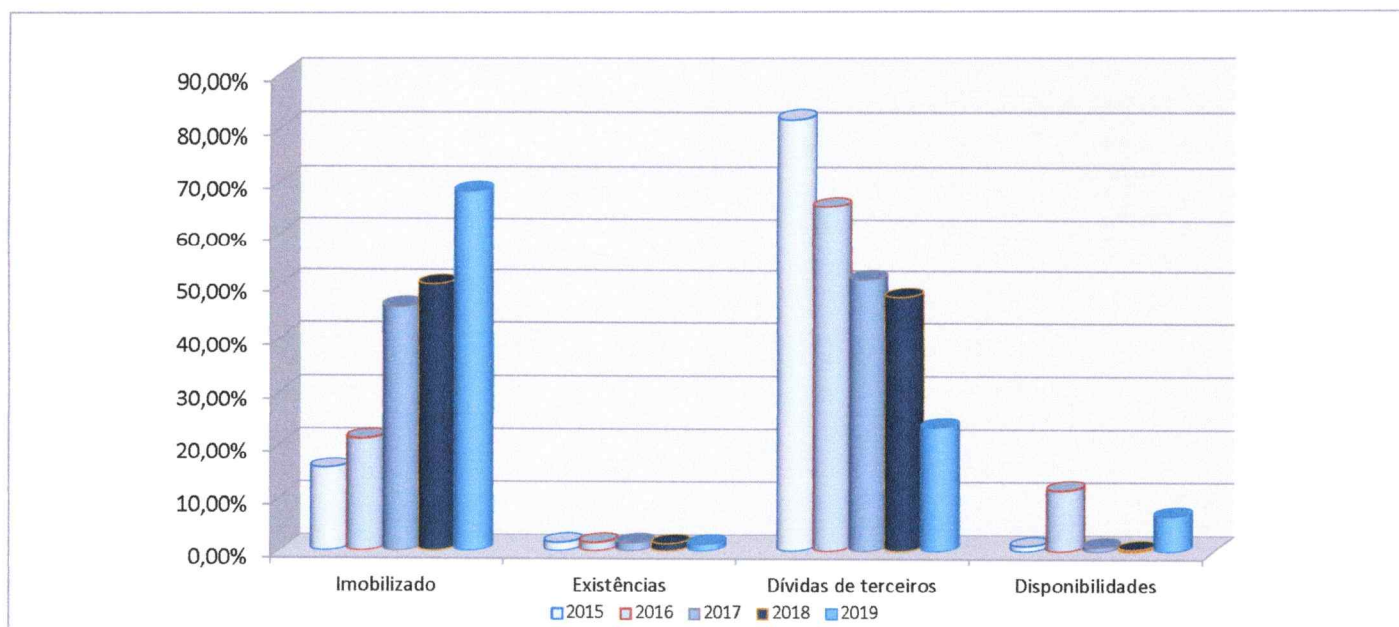


Gráfico 10

Relativamente aos indicadores de equilíbrio financeiro e de liquidez a empresa apresenta no final de 2019 indicadores na sua generalidade estáveis em relação ao ano anterior, sendo que realçamos o aumento acentuado da Solvabilidade da empresa e um aumento da sua Liquidez Imediata. Estes dados podem ser interpretados pela análise dos **Gráfico 11** (indicadores de liquidez) e **Gráfico 12** (indicadores de estrutura financeira).

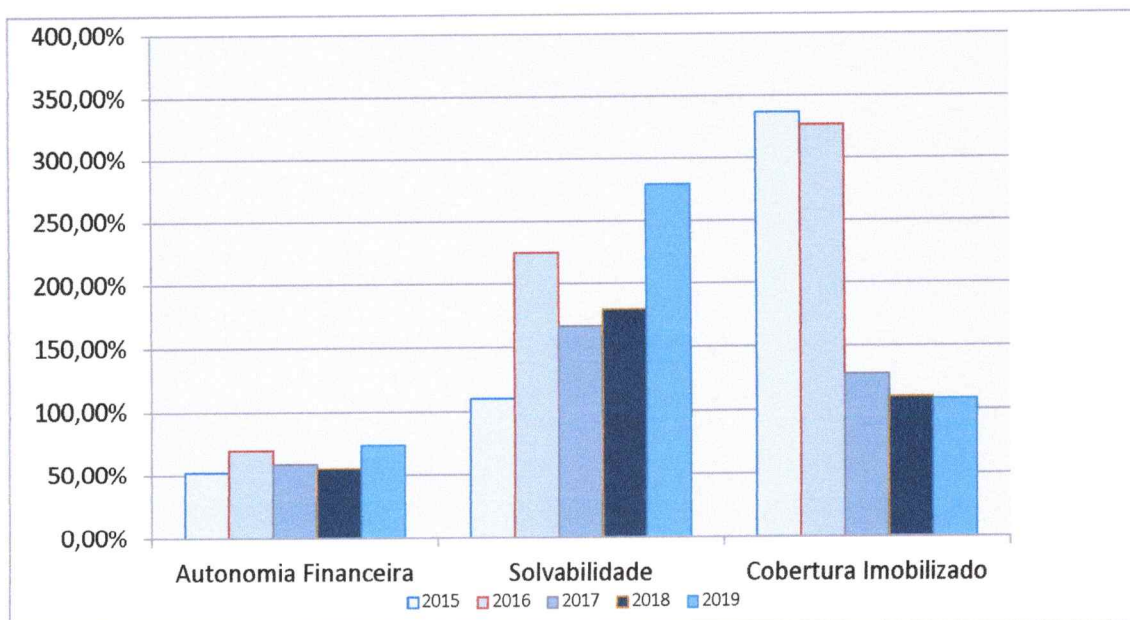


Gráfico 11

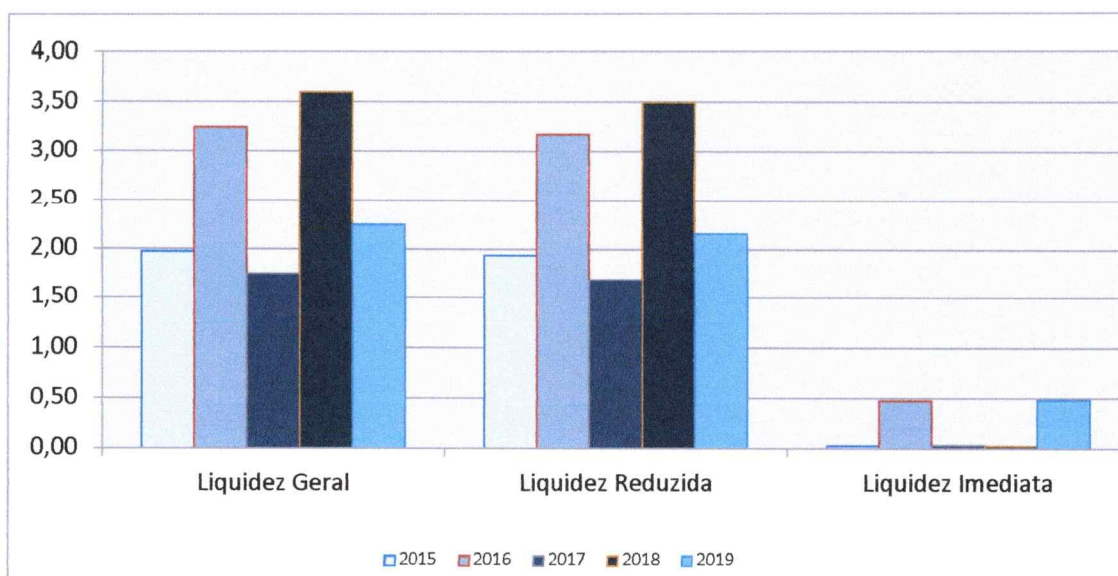


Gráfico 12

2.3 - O desempenho financeiro por áreas de negócio

No âmbito das responsabilidades de gestão acima referidas, distribuímos a actividade desenvolvida pelas diversas áreas de negócio, e neste ponto apresentamos a contribuição de cada uma delas para o resultado global da empresa. São estas as seguintes tal como apresentado ao longo do presente relatório:

- 1) Parque Industrial da Espinheira
- 2) Bar do Parque Industrial da Espinheira
- 3) Parque de Campismo Municipal
- 4) Parcómetros
- 5) Parque de Estacionamento
- 6) Penacova - Apoio a Serviços
- 7) Café Turismo
- 8) Reconquinho
- 9) Bar 21
- 10) Portela de Oliveira
- 11) Restaurante Bar Piscinas de Penacova
- 12) Posto de Turismo
- 13) Restaurante Panorâmico

Desempenho por Áreas

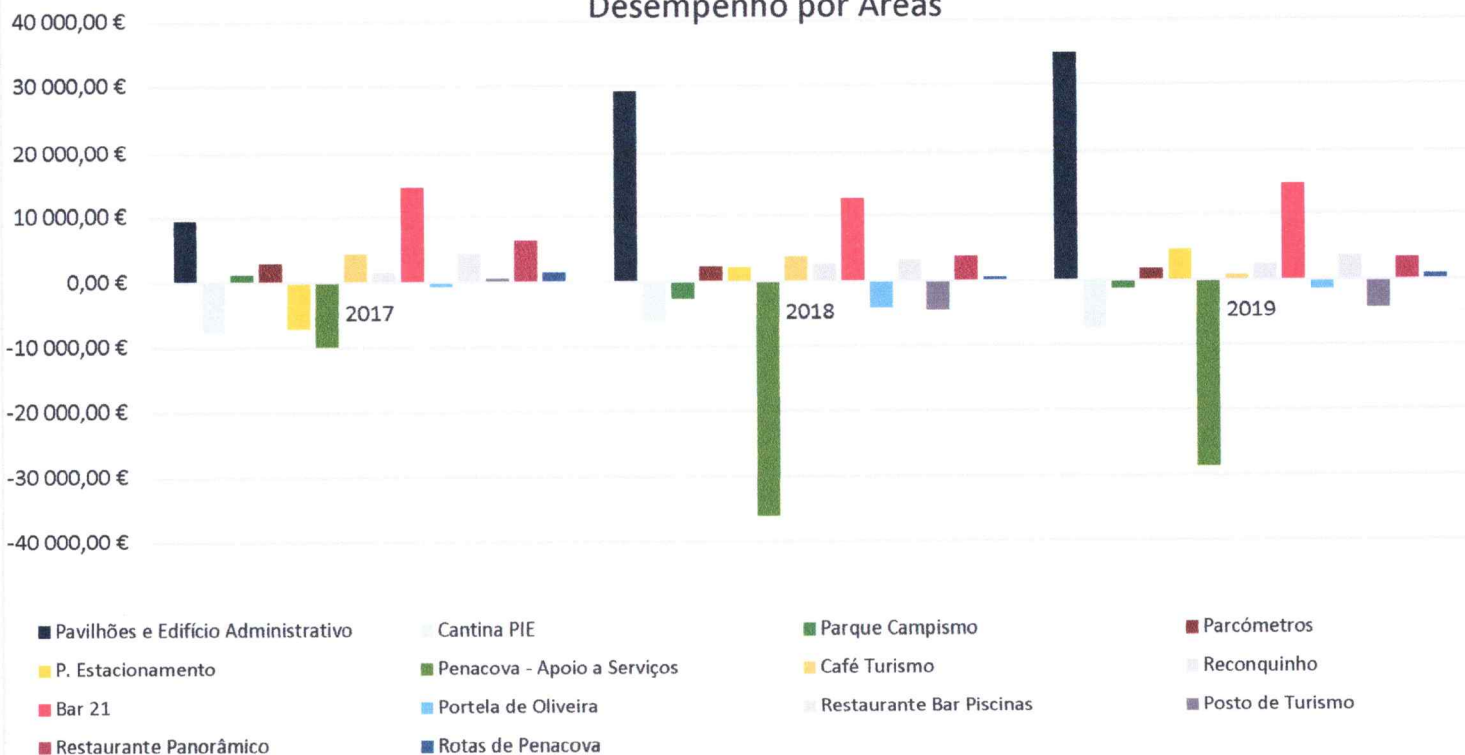


Gráfico 13

Através da análise do gráfico 13, é visível o resultado negativo significativo da área "Apoio a Serviços" ao longo dos anos. Nesta rubrica incluiu-se o custo com a colaboradora que esteve em funções na empresa durante o ano de 2019. De resto é de salientar a melhoria dos resultados do Parque de Estacionamento, do Parque de Campismo, da Portela de Oliveira, e da área Pavilhões e Edifício Administrativo. Por outro lado, registamos uma evolução negativa com maior expressividade dos resultados da Cantina da Espinheira e do Café Turismo.

3- EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

Em 2020, à data da redação deste Relatório, o País e o Mundo é assolado pelas consequências devastadoras ao nível da saúde pública, ao nível económico financeiro e social, causadas pela pandemia do Sars-Cov-2, conhecido como o Covid-19. A Penaparque2 EM encerrou todos os seus estabelecimentos públicos no dia 16 de Março, e tem vindo a desconfinar progressivamente, desde o dia 18 de Maio. Têm sido implementadas nos diversos espaços várias regras de higiene e segurança, de acordo com as normas da Direção Geral de Saúde, e esperamos que o ano de 2020 seja um ano de prejuízos, dada a evolução negativa de toda a atividade económica.

Posto isto, para 2020 pretende-se:

- a) Ter todos os espaços abertos ao público, respeitando as regras de saúde pública;
- b) Apoiar as diversas empresas e empresários em nome individual, através de um programa de redução dos valores de arrendamento/concessão de exploração, em função da queda do volume de negócios verificada durante o Estado de Emergência;
- c) Cooperar com os diversos clientes no sentido de apoiar e ajudar para o cumprimento das regras impostas pela DGS para as diversas áreas de atividade económica;
- d) Intervir na caleira intermédia de escoamento das águas pluviais do Pavilhão dos módulos para instalação de empresas;
- e) Melhorar a rubrica de Dívidas de Clientes e diminuir o prazo médio de recebimento.

Como principal fator de risco para 2020, salientamos a elevada incerteza e riscos económicos e financeiros que a pandemia causou na economia nacional e global.

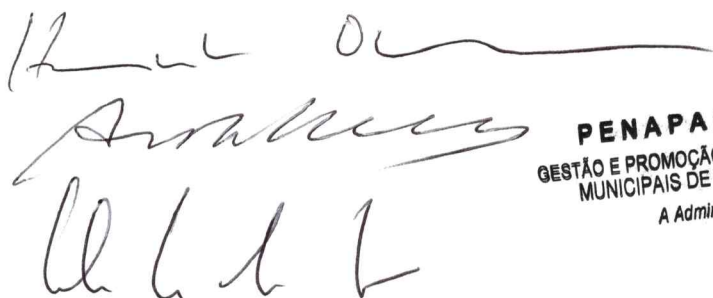
4- PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do art.17º dos seus Estatutos a **PENAPARQUE 2, E.M.** deve definir na aplicação de resultados os valores dos mesmos que serão consagrados à constituição de reservas legais nos termos do nº 2 do referido artigo e reservas para investimentos e para fins sociais nos termos do nº 1 do mesmo artigo.

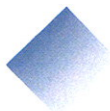
Com este enquadramento a Administração da **PENAPARQUE 2, E.M.** propõe que os resultados líquidos do exercício, isto é, o lucro de 15.644,49€, seja 10% (1.564,45€) transferido para Reservas Legais, e os restantes 90% para reforço de outras reservas previstas no n.º1 do Art.º17 dos Estatutos.

Espinheira, 9 de Junho de 2020

A Administração,



PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
A Administração.



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exma. Administração
Senhores Acionistas

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração da **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Durante o exercício, o Fiscal Único acompanhou com regularidade os negócios e a gestão da Sociedade, verificou a regularidade dos livros, registos contabilísticos e a respetiva documentação. Procedeu igualmente às verificações físicas dos bens e valores patrimoniais que se mostraram necessárias, assim como verificou o cumprimento da lei e dos estatutos, inteirando-se dos atos do Conselho de Administração, do qual sempre recebeu todos os elementos solicitados

Analisámos também o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as quais compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo do exercício findo naquela data.

Foi emitida a Certificação Legal das Contas, sendo considerada como complemento deste Relatório e Parecer.

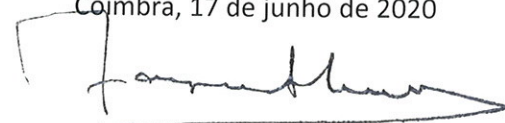
Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima descritos, quando lidos em conjunto, permitem uma boa compreensão da situação financeira da **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, em 31 de dezembro de 2019 satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como ainda nos compete, verificámos que os critérios valorimétricos, adotados e descritos no Anexo, satisfazem as disposições legais, e contribuem para uma adequada mensuração do resultado e do património.

Nestes termos o Fiscal Único é de Parecer que:

1. Devem ser aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo.
2. Deve ser aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por fim, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao Conselho de Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Empresa com quem contactámos por toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Coimbra, 17 de junho de 2020


José Joaquim Marques de Almeida
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



Empresa PENAPARQUE 2, E.M.

Demonstrações Financeiras Individuais

Para o período findo em 31 de dezembro de 2019

✓
my
hel
B

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o período findo em 31 de dezembro de 2018

<u>BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</u>	3
<u>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</u>	4
<u>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</u>	5
<u>DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</u>	6
<u>DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</u>	7
<u>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</u>	8
1. <u>Identificação da entidade</u>	8
2. <u>Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras</u>	8
3. <u>Principais políticas contábilísticas</u>	9
4. <u>Fluxos de caixa</u>	16
5. <u>Ativos fixos tangíveis</u>	16
6. <u>Investimentos Financeiros</u>	18
7. <u>Inventários</u>	19
8. <u>Réditos</u>	20
9. <u>Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo</u>	21
10. <u>Acontecimentos após a data do balanço</u>	22
11. <u>Instrumentos Financeiros</u>	23
12. <u>Outras informações</u>	24

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM. EQUIP. MUNIC. PENACOVA, E.M._506.963.802

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2019

Valor em Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2019	31/12/2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	104.096,97	88.265,62
Investimentos Financeiros	6	747,49	578,58
		104.844,46	88.844,20
Activo corrente			
Inventários	7	2.047,07	2.451,49
Clientes	12	33.530,92	23.677,68
Estado e outros entes públicos	12	107,50	537,61
Outras contas a receber	12	0,00	57.592,10
Diferimentos	12	2.359,41	2.948,76
Caixa e depósitos bancários	4	10.403,08	627,87
		48.447,98	87.835,51
		153.292,44	176.679,71
Total do ACTIVO			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	11	50.000,00	50.000,00
Reservas legais	11	8.718,49	8.718,49
Outras reservas	11	64.295,99	64.295,99
Resultados transitados	11	(25.847,96)	(21.144,57)
Resultado líquido do período	11	15.644,49	(4.703,39)
		112.811,01	97.166,52
Total do Capital Próprio			
PASSIVO			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12	9.480,75	9.734,11
Estado e outros entes públicos	12	3.899,81	6.077,67
Financiamentos obtidos	12	0,00	25.419,02
Outras contas a pagar	12	18.917,78	29.661,83
Diferimentos	12	8.183,09	8.620,56
		40.481,43	79.513,19
Total do Passivo			
Total do Capital Próprio e do Passivo		153.292,44	176.679,71

Espinheira, 9 de junho de 2020

O Técnico Oficial de Contas

Helia Santo

A Administração

[Assinatura]

PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM

A Administração,

3

Apexo às Demonstrações Financeiras de 2019

[Assinatura]

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M._506.963.802

Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2019

Valores Euros

RUBRICAS			Notas	Períodos	
				31/12/2019	31/12/2018
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>					
Recebimentos de clientes		+		161.976,87	200.655,75
Pagamentos a fornecedores		-		(53.737,22)	(56.668,14)
Pagamentos ao pessoal		-		(83.294,71)	(75.881,28)
Caixa gerada pelas operações		+/-		24.944,94	68.106,33
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+		(8.761,52)	(10.359,88)
Outros recebimentos/pagamentos		+/-		46.508,71	(30.338,44)
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-		62.692,13	27.408,01
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		-		(27.497,90)	(43.236,18)
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-		(27.497,90)	(43.236,18)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		+			14.884,17
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-		(25.419,02)	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)			(25.419,02)	14.884,17
Variação de caixa e seus equivalentes	1)+(2)+(3)			9.775,21	(944,00)
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-		627,87	1.571,87
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-		10.403,08	627,87

Espinheira, 9 de junho de 2020

O Técnico Oficial de Contas

Hélia Santo

A Administração

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2019

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M. 506.963.802

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2018

(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust. em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	50.000,00	0,00	0,00	0,00	6.641,41	45.602,28	-18.208,26	0,00	0,00	0,00	20.770,79	104.806,22
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													0,00
Outras alterações reconhecidas no capital						2.077,08	18.693,71	-2.936,31				-20.770,79	-2.936,31
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	2.077,08	18.693,71	-2.936,31	0,00	0,00	0,00	-20.770,79	-2.936,31
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											-4.703,39	-4.703,39
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											-25.474,18	-7.639,70
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													0,00
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
	5							0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	6=1+2+3+5	50.000,00	0,00	0,00	0,00	8.718,49	64.295,99	-21.144,57	0,00	0,00	0,00	-4.703,39	97.166,52

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Espinheira, 9 de junho de 2020

O Técnico Oficial de Contas

Helia Santo

A Administração

[Assinatura]

PENAPARQUE2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M. 506.963.802

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2019

(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust. em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	6	50.000,00	0,00	0,00	0,00	8.718,49	64.295,99	-21.144,57	0,00	0,00	0,00	-4.703,39	97.166,52
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital								-4.703,39			0,00	4703,39	0,00
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.703,39	0,00	0,00	0,00	4.703,39	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											15.644,49	15.644,49
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											20.347,88	15.644,49
OUTRAS OPERAÇÕES													
Outras operações	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	11=7+8+10	50.000,00	0,00	0,00	0,00	8.718,49	64.295,99	-25.847,96	0,00	0,00	0,00	15.644,49	112.811,01

Espinheira, 9 de junho de 2020

O Técnico Oficial de Contas

Helia Santa

A Administração

PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
A Administração,

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1 - Identificação da entidade

A entidade Penaparque 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M. é uma entidade municipal, com sede no Parque Industrial de Espinheira, sala 8, Espinheira, tem como actividade a gestão dos seguintes equipamentos/atividades municipais:

Parque Industrial de Espinheira, Pavilhão, Escritorios Cozinha dformação e respetivos serviços de apoio (Cantina, Bar);

Estacionamento público na vila de Penacova (Parcómetros) ;

Parque Municipal de Campismo;

Parque de Estacionamento da Rua da Eirinha;

Museu do Moinho (Portela de Oliveira);

Posto de Turismo de Penacova;

Bar do Reconquinho;

Cafetaria da Portela de Oliveira;

Café Turismo;

Bar 21;

Restaurante Piscinas;

Restaurante Panorâmico.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- * Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (*Sistema de Normalização Contabilística*), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 agosto;
- * Portaria n.º 986/2009, de 7 de dezembro (*Modelos de Demonstrações Financeiras*);
- * Aviso n.º 15652/2009, 7 de setembro (*Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro*);
- * Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (*Código de Contas*).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento,

mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

No período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de



aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como “*Outros rendimentos e gastos*” ou “*Outros ganhos e perdas*”.

b) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior utiliza-se o custo médio como fórmula de custeio. Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como “*Imparidade de inventários (perdas/reversões)*”. Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

c) Custo de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

d) Instrumentos financeiros

**** Dívidas de terceiros***



As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que as integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

*** Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no ativo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

*** Dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

*** Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

*** Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.



e) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do *acrécimo*. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas

"Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

f) Rédito

O rédito relativo à prestação de serviços, juros, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da prestação de serviços apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

g) Efeitos de alterações em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira encontram-se registadas na moeda funcional (Euro) utilizando as taxas de câmbio à data da sua realização para as converter. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, se ocorrer antes, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto, sendo as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, apuradas em relação ao valor inicialmente registado e reconhecidas como ganhos ou perdas do período em que a liquidação ou reavaliação ocorre. No entanto, se o valor inicial tiver sido registado em períodos anteriores, a diferença de câmbio é apurada por reporte ao valor transposto pelo uso da taxa de fecho à data do último balanço.

Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico, designadamente inventários, os ativos fixos tangíveis e os intangíveis, mantêm-se expressos, à data de cada balanço, pelas taxas à data da transação e os mensurados pelo justo valor pelas taxas à data da fixação desse valor.

As diferenças de câmbio positivas relativas à atividade de financiamento são relevadas na demonstração dos resultados como *"Juros e rendimentos similares obtidos"*, enquanto as negativas são reveladas na rubrica *"Juros e gastos similares suportados"*. As demais diferenças de câmbio, emergentes de atividades operacionais ou de investimento, integram as rubricas *"Outros rendimentos e ganhos"* e *"Outros gastos e perdas"*, nos casos de serem positivas e negativas, respetivamente.



h) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento são reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, as taxas variam entre 5% e 70% e, incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "*Imposto sobre o rendimento do período*". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os efeitos tributários dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159 / 2009, de 13 de Julho, onde se determina que esses ajustamentos concorrem para a formação do lucro tributável num período de 5 anos, em partes iguais, com início em 2010.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporários entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros



tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reavaliação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

i) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

j) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (*"acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"*) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (*"acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"*), quando materialmente relevantes, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas revelantes

a) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica *"Caixa e seus equivalentes"* os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro


As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade

dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.



4 - Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Meios Financeiros Liquidos	2019	2018
Caixa	763,80 €	627,87 €
Depósitos à ordem	9.639,28 €	- €
Total caixa e depósitos bancários	10.403,08 €	627,87 €

5 - Ativos fixos tangíveis

5.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método de linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

Handwritten signature and initials

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

2018						
Ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso em Propriedade Alheia	Total
Quantia escriturada bruta						
Saldo Inicial	55.726,18 €	54.474,22 €	26.553,85 €	16.123,15 €	54.243,00 €	207.120,40 €
Adições		4.360,00 €	1.391,05 €	40,64 €	7.949,75 €	13.741,44 €
Saldo Final	55.726,18 €	58.834,22 €	27.944,90 €	16.163,79 €	62.192,75 €	220.861,84 €
Depreciações acumuladas						
Saldo Inicial	- 41.201,98 €	- 48.240,62 €	- 26.553,85 €	- 9.179,57 €	- €	- 125.176,02 €
Adições	- 2.251,23 €	- 2.171,60 €	- 425,04 €	- 2.572,33 €	- €	- 7.420,20 €
Saldo Final	- 43.453,21 €	- 50.412,22 €	- 26.978,89 €	- 11.751,90 €	- €	- 132.596,22 €
Quantia escriturada	12.272,97 €	8.422,00 €	966,01 €	4.411,89 €	62.192,75 €	88.265,62 €

2019						
Ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso em Propriedade Alheia	Total
Quantia escriturada bruta						
Saldo Inicial	55.726,18 €	58.834,22 €	27.944,90 €	16.163,79 €	62.192,75 €	220.861,84 €
Adições	11.502,89 €	6.026,82 €	2.319,48 €	4.109,68 €		23.958,87 €
Saldo Final	67.229,07 €	64.861,04 €	30.264,38 €	20.273,47 €	62.192,75 €	244.820,71 €
Depreciações acumuladas						
Saldo Inicial	- 43.453,21 €	- 50.412,22 €	- 26.978,89 €	- 11.751,90 €	- €	- 132.596,22 €
Adições	- 2.651,63 €	- 2.501,75 €	- 566,81 €	- 2.407,33 €	- €	- 8.127,52 €
Saldo Final	- 46.104,84 €	- 52.913,97 €	- 27.545,70 €	- 14.159,23 €	- €	- 140.723,74 €
Quantia escriturada	21.124,23 €	11.947,07 €	2.718,68 €	6.114,24 €	62.192,75 €	104.096,97 €

5.1.1 Depreciações, reconhecidas nos resultados durante o período:

Depreciações do período	2019	2018
Edifícios e outras construções	2.651,63 €	2.251,23 €
Equipamento básico	2.501,75 €	2.171,60 €
Equipamento administrativo	566,81 €	425,04 €
Outros ativos fixos tangíveis	2.407,33 €	2.572,33 €
Total	8.127,52 €	7.420,20 €



5.1.2 Depreciação acumulada no final do período:

Depreciações acumuladas	2019	2018
Edifícios e outras construções	46.104,84 €	43.453,21 €
Equipamento básico	52.913,97 €	50.412,22 €
Equipamento administrativo	27.545,70 €	26.978,89 €
Outros ativos fixos tangíveis	14.159,23 €	11.751,90 €
Total	140.723,74 €	132.596,22 €

5.2 Investimentos em Curso:

Investimentos em curso	2019	2018	Total
Quantia escriturada bruta			
Saldo Inicial	62.192,75 €	54.243,00 €	116.435,75 €
Adições:			
Obras no Lote C21 Parque Industrial Alagoa	- €	7.949,75 €	7.949,75 €
Saldo Final	62.192,75 €	62.192,75 €	7.949,75 €

6 - Investimentos financeiros

Esta rubrica inclui as entregas mensais efetuadas para o Fundo de Compensação do Trabalho que são reconhecidas como um ativo financeiro da entidade. Mas em 2019 foi solicitado e recebido o reembolso referente ao desvinculo de um funcionário da entidade.

Fundos de Compensação	2019	2018
Quantia escriturada bruta		
Saldo Inicial	578,58 €	311,79 €
Adições:	227,98 €	266,79 €
Reembolsos:	59,07 €	
Saldo Final	747,49 €	578,58 €



7 - Inventários

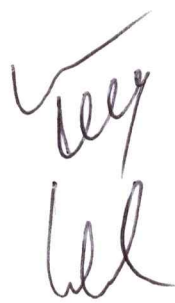
7.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Inventários	2019	2018
Mercadorias	868,05 €	1.279,38 €
Museu do Moinho	397,65 €	375,97 €
Posto de Turismo	470,40 €	903,41 €
Matérias Primas	1.179,02 €	1.172,11 €
PIE_Cantina	1.179,02 €	1.172,11 €
Total	2.047,07 €	2.451,49 €

7.2 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

CMVMC	2019			2018		
	Mercadorias	Matérias Primas	Total	Mercadorias	Matérias Primas	Total
Saldo inicial	1.279,38 €	1.172,11 €	2.451,49 €	1.506,45 €	1.341,24 €	2.847,69 €
Regularizações	- €	- €	- €	- €	40,48 €	40,48 €
Compras	518,15 €	9.932,18 €	10.450,33 €	237,45 €	9.961,28 €	10.198,73 €
Saldo final	868,05 €	1.179,02 €	2.047,07 €	1.279,38 €	1.172,11 €	2.451,49 €
Custo de vendas	929,48 €	9.925,27 €	10.854,75 €	464,52 €	10.089,93 €	10.554,45 €



8 - Réditos

8.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) **Prestação de Serviços** - são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com um grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;
- b) **Juros** - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

8.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Réditos	2019	2018
Vendas de Mercadorias	1.224,11 €	773,10 €
Museu do Moinho	1.083,63 €	461,51 €
Posto de Turismo	140,48 €	311,59 €
Prestações de serviços	157.707,93 €	154.514,40 €
Rendas	106.755,20 €	102.794,48 €
Rendas Parq. Industrial Espinheira:	62.890,00 €	62.080,00 €
- Pavilhões	54.960,00 €	55.005,00 €
- Bloco Administrativo	6.130,00 €	5.275,00 €
- Cozinha de Formação	1.800,00 €	1.800,00 €
Rendas Lojas Parq. Estacionamento	15.320,20 €	14.681,20 €
Outras Rendas:	28.545,00 €	26.033,28 €
- Bar Reconquinho	4.900,00 €	3.000,00 €
- Bar 21	6.145,04 €	5.323,32 €
- Bar Portela de Oliveira	600,00 €	600,00 €
- Parque de Campismo	2.499,96 €	2.499,96 €
- Café Turismo	6.600,00 €	6.510,00 €
- Restaurante Piscinas	4.500,00 €	4.500,00 €
- Restaurante Panorâmico	3.300,00 €	3.600,00 €
Outros Serviços	50.952,73 €	51.719,92 €
Cantina - Parque Industrial Espinheira	22.749,89 €	22.749,26 €
Parcómetros	2.449,08 €	2.793,46 €
Parque de Estacionamento:	12.868,27 €	13.075,59 €
- Avenças	7.963,35 €	7.560,93 €
- Estacionamento	4.904,92 €	5.514,66 €
Entradas no Museu do Moinho	2.388,56 €	1.793,58 €
Estádias P. Campismo	857,04 €	857,34 €
Rotas de Penacova	886,98 €	1.031,70 €
Outros	8.752,91 €	9.418,99 €
Total	158.932,04 €	155.287,50 €

9 - Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo

9.1 Políticas contabilísticas adotadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “*Subsídios à exploração*” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento.

Subsídios do governo	2019	2018
Subsídios à exploração		
MUNICÍPIO DE PENACOVA:	40.931,81 €	96.183,72 €
Contrato Programa	40.931,81 €	38.591,62 €
Cobertura de Prejuízo	- €	57.592,10 €
IEFP	- €	- €
Total Ativo	40.931,81 €	96.183,72 €

10 - Acontecimentos após a data do balanço

10.1 Autorização para a emissão

As demonstrações financeiras do exercício de 2019 foram aprovadas pela Administração no dia 9 de junho de 2020.6.15

10.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

10.3 Eventos subsequentes à data do balanço

A economia e as empresas a nível mundial enfrentam desafios inesperados em resultado da rápida disseminação do Coronavírus (COVID - 19). Esta pandemia terá necessariamente um impacto na economia global e nos mercados financeiros em geral, assim como no desempenho e na atividade dos diferentes negócios e indústrias.

A PENAPARQUE 2, E. M., está a acompanhar em permanência a evolução da pandemia do Coronavírus através dos respetivos órgãos próprios.

Procurando minimizar os possíveis riscos associados ao surto e, na sequência das recomendações da Direção Geral de Saúde (DGS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Grupo implementou Planos de Contingência com o objetivo de garantir a segurança dos seus colaboradores e comunidade em geral, bem como assegurar a continuidade das operações.

Na PENAPARQUE 2, E. M., em 12 de março de 2020, todos os espaços de visitação e atendimento ao público, explorados por esta entidade, foram encerrados por despacho do Sr. Presidente do Município de Penacova, sendo esta medida reforçada no dia 20 de março pelo Decreto n° 2-A/2020.

Devido ao encerramento destes espaços foi solicitado para os respetivos colaboradores, que neles laboravam o Lay Off simplificado, sendo esses espaços foram os seguintes:

- Cantina do Parque Industrial da Espinheira;
- Posto de Turismo;
- Museu do Moinho;
- Mosteiro de Lorvão.

Até ao momento não é possível estimar com razoável grau de confiança os impactos desta pandemia na atividade da entidade.

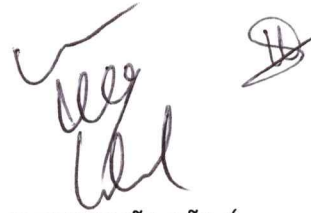
11 - Instrumentos financeiros

11.1 Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo, menos perdas por imparidades acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, quer os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado de operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de riscos de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimos em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como os contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a Empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.



Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

11.2 Deliberação dos resultados do ano de 2018

A deliberação da aprovação de contas ocorreu a 27 de março de 2019, conforme a ata número 270. Foi aprovado pelo Conselho de Administração que o Resultado Líquido Negativo do exercício de 2018, no valor 4.703,39€ fosse transferido para Resultados Transitados.

11.3 Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2019, a entidade detinha um capital próprio de acordo com o mapa abaixo.



Capital Próprio	2019	2018
Capital realizado	50.000,00 €	50.000,00 €
Reservas Legais	8.718,49 €	8.718,49 €
Outras Reservas	64.295,99 €	64.295,99 €
Resultados Transitados	-25.847,96 €	-21.144,57 €
Resultado Líquido do Período	15.644,49 €	-4.703,39 €
Total	112.811,01 €	97.166,52 €

12 - Outras informações

12.1 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2019 é o seguinte:

EOEP	2019	2018
Imposto s/ o rendimento das pessoas coletivas:		
IRC_Imposto a recuperar	107,50 €	537,61 €
Pagamentos por conta	3.618,00 €	5.241,00 €
Pagamentos especial por conta(acumulado)	- €	- €
Imposto estimado	3.510,50 €	4.703,39 €
Imposto sobre o valor acrescentado	- €	- €
Total Ativo	107,50 €	537,61 €

EOEP	2019	2018
Imposto s/ o rendimento das pessoas singulares	653,00 €	450,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	1.295,33 €	1.500,38 €
Contribuições para a segurança social	1.930,99 €	4.102,76 €
Imposto s/ o rendimento das pessoas coletivas:		
Imposto estimado	0,00 €	0,00 €
Outros Impostos	20,49 €	24,53 €
Total Passivo	3.899,81 €	6.077,67 €

12.2 Clientes, outras contas a receber e diferimentos

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados como “Imparidades de dívidas a receber”.

Perdas de imparidade	2019		2018	
	Período	Acumuladas	Período	Acumuladas
Perdas por imparidade	- €	132.526,78 €	57.069,06 €	132.526,78 €
Reversões	772,80 €	772,80 €		
Total	772,80 €	131.753,98 €	57.069,06 €	132.526,78 €

12.2.1 Quantia de clientes registada em “clientes conta corrente”, “clientes cobrança duvidosa” e “clientes perdas por imparidade”

Clientes	2019	2018
Clientes		
Clientes conta corrente	33.530,92	23.677,68
Clientes de cobrança duvidosa	56.296,26	57.069,06
Saldo inicial	57.069,06	75.457,72
Adições	0,00	57.069,06
Reversões	772,80	0,00
Desreconhecimento de dívida a receber	0,00	75.457,72
Perdas por imparidade acumuladas	56.296,26	57.069,06
Saldo inicial	57.069,06	75.457,72
Adições	0,00	57.069,06
Reversões	772,80	0,00
Desreconhecimento de dívida a receber	0,00	75.457,72
Total	33.530,92	23.677,68

Handwritten signature and initials

12.2.2 Registo de outras contas a receber e diferimentos

Outras contas a receber e Diferimentos	2019	2018
Outras contas a receber	- €	57.592,10 €
Diferimentos	2.359,41 €	2.948,76 €
Total	2.359,41 €	60.540,86 €

12.3 Fornecedores, Financiamentos, Adiantamento de clientes e outras contas a pagar

Fornecedores e Financiamentos	2019	2018
Fornecedores	9.480,75 €	9.734,11 €
Financiamentos obtidos		
- Corrente	- €	25.419,02 €
Total	9.480,75 €	35.153,13 €

Outras contas a pagar e Diferimentos	2019	2018
Outras contas a pagar:	18.917,78 €	29.661,83 €
Pessoal		4.748,88 €
Credores por acréscimos de gastos	16.047,97 €	14.728,19 €
Outros	7,00 €	
SNS	2.862,81 €	10.184,76 €
Diferimentos	8.183,09 €	8.620,56 €
Total	27.100,87 €	38.282,39 €

12.4 Juros suportados

Gastos e Perdas de Financiamento	2019	2018
Juros Suportados	274,87 €	778,73 €
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	0,00 €	0,00 €
Total	274,87 €	778,73 €



12.5 Outros rendimentos e ganhos

Outros rendimentos e ganhos	2019	2018
Rendimentos suplementares	0,00 €	0,00 €
Outros	16,17 €	39,43 €
Juros obtidos	0,00 €	0,00 €
Total	16,17 €	39,43 €



12.6 Fornecimento e Serviços Externos

FSE	2019	2018
Serviços especializados:	27.584,98 €	25.303,95 €
Trabalhos Especializados	10.922,50 €	5.262,12 €
Publicidade e Propaganda	- €	314,33 €
Honorários	7.572,24 €	4.668,08 €
Conservação e Reparação	8.870,24 €	14.753,42 €
Serviços Bancários	220,00 €	121,00 €
Outros Serviços	- €	185,00 €
Materiais:	1.951,02 €	2.216,61 €
Ferramentas e Utensílios	333,62 €	551,90 €
Livros e Documentação Técnica	- €	19,86 €
Material de escritório	444,74 €	819,31 €
Artigos para oferta	209,19 €	- €
Bilhetes estacionamento	515,00 €	100,00 €
Outros materiais	448,47 €	725,54 €
Energia e fluídos:	5.317,54 €	5.699,58 €
Eletricidade	4.252,19 €	4.686,29 €
Outros	1.065,35 €	1.013,29 €
Deslocações, estadas e transportes	392,83 €	710,76 €
Serviços diversos:	8.207,44 €	7.728,80 €
Comunicações	1.709,48 €	1.947,12 €
Seguros	1.543,67 €	1.596,65 €
Contencioso e Notariado	251,20 €	121,00 €
Despesas de Representação	159,55 €	600,93 €
Limpeza. Higiene e conforto	4.543,54 €	3.463,10 €
Total	43.453,81 €	41.659,70 €

12.7 Outros gastos e perdas

Outros gastos e perdas	2019	2018
Impostos	241,27 €	228,10 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00 €	0,00 €
Dividas Incobráveis	0,00 €	2.450,00 €
Perdas em Inventarios	0,00 €	49,37 €
Outros	30,50 €	10.118,40 €
Correcções relativas a períodos anteriores	30,00 €	9.793,48 €
Outros	0,50 €	324,92 €
Total	271,77 €	12.845,87 €

12.8 Gastos com Pessoal

Gastos com pessoal	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais:	25.437,63	21.521,43
Vencimento, Sub. Ferias, Sub. Natal	20.531,76	17.233,26
Sub. alimentação	1.030,32	1.044,63
Ajudas de Custo_km's em viat. propria	3.875,55	3.243,54
Remunerações do pessoal:	68.362,94	75.225,35
Vencimento, Sub. Ferias, Sub. Natal	61.819,22	66.005,05
Sub. alimentação	6.525,36	9.198,54
Fundos de compensação	18,36	21,76
Compensação	0,00	319,00
Encargos sobre remunerações:	19.558,61	20.185,36
Órgãos sociais	4.876,30	3.807,55
Pessoal	14.682,31	16.377,81
Seguros	1.237,05	718,88
Outros gastos com pessoal	3.863,62	3.212,62
Total	118.459,85 €	121.182,64 €

Espinheira, 9 de junho de 2020

O Técnico Oficial de Contas:

Hélia Santo

A Administração:

PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
A Administração,

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2019



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 153.292,44 euros e um total de capital próprio de 112.811,01 euros, incluindo um resultado líquido de 15.644,49 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação do COVID-19, sendo este um evento não ajustável. Conforme mencionado na nota 10.3 do anexo esta situação, e a sua evolução, gera incerteza quanto aos impactos sócio-económicos na atividade da empresa. A administração considera que, face à informação atualmente disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade da empresa.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

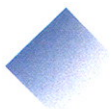
- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

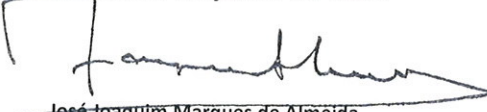
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Coimbra, 17 de junho de 2020


José Joaquim Marques de Almeida
Em representação de
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

BALANÇO (modelo geral)

EUR

Fator:

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1

EMP 01 DE DEZEMBRO DE 2019

RUBRICAS		DATAS				
		NOTAS	31 DEZ	EX 2019	31 DEZ	EX 2018
ATIVO						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	5		104.096,97		88.265,62	
Outros investimentos financeiros	6		747,49		578,58	
			104.844,46		88.844,20	
Ativo corrente						
Inventários	7		2.047,07		2.451,49	
Clientes	12		33.530,92		23.677,68	
Estado e outros entes públicos	12		107,50		537,61	
Outros créditos a receber	12		0,00		57.592,10	
Diferimentos	12		2.359,41		2.948,76	
Caixa e depósitos bancários	4		10.403,08		627,87	
			48.447,98		87.835,51	
Total do ativo			153.292,44		176.679,71	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
Capital próprio						
Capital subscrito	11		50.000,00		50.000,00	
Reservas legais	11		8.718,49		8.718,49	
Outras reservas	11		64.295,99		64.295,99	
Resultados transitados	11		-25.847,96		-21.144,57	
Resultado líquido do período			15.644,49		-4.703,39	
Total do capital próprio			112.811,01		97.166,52	
Passivo						
Passivo não corrente						
			0,00		0,00	
Passivo corrente						
Fornecedores	12		9.480,75		9.734,11	
Estado e outros entes públicos	12		3.899,81		6.077,67	
Financiamentos obtidos	12		0,00		25.419,02	
Outras dívidas a pagar	12		18.917,78		29.661,83	
Diferimentos	12		8.183,09		8.620,56	
			40.481,43		79.513,19	
Total do passivo			40.481,43		79.513,19	
Total do capital próprio e do passivo			153.292,44		176.679,71	

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

PENAPARQUE 2

A Administração

GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM

A Administração,

O Contabilista Certificado

Hélia Santo

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Entidade: **PENAPARQUE2-Gestão e Prom.Equip.Munic.Penacova, EM**

NIF 506963802

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N (2019)

UNIDADE MONETÁRIA (1)
EUR Factor 1

DESCRIÇÃO	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
	Notas	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		50.000,00	0,00	0,00	0,00	8.718,49	64.285,99	-21.144,57	0,00	0,00	-4.703,39	97.166,52	0,00	97.166,52
ALTERAÇÕES NO PERÍODO N														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.703,39	0,00	0,00	4.703,39	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											15.644,49	15.644,49		15.644,49
RESULTADO INTEGRAL	9=7+4										20.347,88	15.644,49	0,00	15.644,49
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Outras operações	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N	6+7+8+1	50.000,00	0,00	0,00	0,00	8.718,49	64.285,99	-25.847,96	0,00	0,00	15.644,49	112.811,01	0,00	112.811,01

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração

O Contabilista Certificado

[Assinatura]
PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
A Administração,

[Assinatura]

Entidade: **PENAPARQUE2-Gestão e Prom.Equip.Munic.Penacova, EM**

NIF 506963802

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1 (2018)

UNIDADE MONETÁRIA (1)
EUR Factor

DESCRIÇÃO	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe													Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
	Notas	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1		50.000,00	0,00	0,00	0,00	6.641,41	45.602,28	-18.208,26	0,00	0,00	20.770,79	104.806,22	0,00	104.806,22	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				0,00		2.077,08	18.693,71	-2.936,31		0,00	-20.770,79	-2.936,31	0,00	-2.936,31	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2	0,00	0,00	0,00	0,00	2.077,08	18.693,71	-2.936,31	0,00	0,00	-20.770,79	-2.936,31	0,00	-2.936,31	
RESULTADO INTEGRAL	4=2+										-4.703,39	-4.703,39		-4.703,39	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											-25.474,18	-7.639,70	0,00	-7.639,70	
Outras operações			0,00										0,00	0,00	
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6=1+2+3+4	50.000,00	0,00	0,00	0,00	8.718,49	64.295,99	-21.144,57	0,00	0,00	-4.703,39	97.166,52	0,00	97.166,52	

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros




DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DE FLUXOS DE CAIXA**UNIDADE MONETÁRIA(1)****EUR Factor:****1****PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

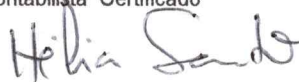
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		EX 2019	EX 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
<i>Recebimentos de clientes</i>		161.976,87	200.655,75
<i>Pagamentos a fornecedores</i>		-53.737,22	-56.668,14
<i>Pagamento a pessoal</i>		-83.294,71	-75.881,28
Caixa gerada pelas operações		24.944,94	68.106,33
<i>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</i>		-8.761,52	-10.359,88
<i>Outros recebimentos/pagamentos</i>		46.508,71	-30.338,44
Fluxos de caixa atividades operacionais (1)		62.692,13	27.408,01
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamento respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-27.497,90	-43.236,18
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento(2)		-27.497,90	-43.236,18
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamento obtidos</i>		0,00	14.884,17
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamento obtidos</i>		-25.419,02	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-25.419,02	14.884,17
Variação de caixa e seus equivalentes(1+2+3)		9.775,21	-944,00
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		627,87	1.571,87
Caixa e seus equivalentes no fim do período		10.403,08	627,87

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração

O Contabilista Certificado




PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
A Administração,


Hélia Sando

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR

Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		EX 2019	EX 2018
Vendas e serviços prestados	8	158.932,04	155.287,50
Subsídios à exploração	9	40.931,81	96.183,72
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-10.854,75	-10.554,45
Fornecimentos e serviços externos	12	-43.453,81	-41.659,70
Gastos com o pessoal	12	-118.459,85	-121.182,64
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	772,80	-57.069,06
Outros rendimentos	12	16,17	39,43
Outros gastos	12	-271,77	-12.845,87
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		27.612,64	8.198,93
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-8.127,52	-7.420,20
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		19.485,12	778,73
Juros e gastos similares suportados	12	-330,13	-778,73
Resultado antes de impostos		19.154,99	0,00
Imposto sobre rendimento do período	12	-3.510,50	-4.703,39
Resultado líquido do período		15.644,49	-4.703,39
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período atribuível a: (2)		0,00	0,00
Detentores do capital da empresa-mãe		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Resultado por ação básico		0,00	0,00


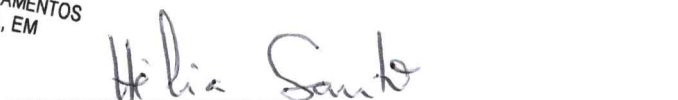
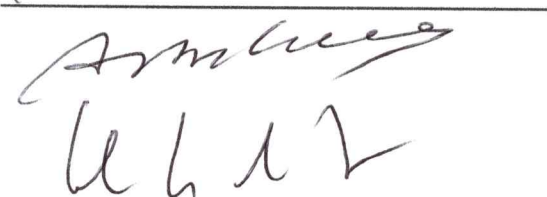
(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

(2) Esta informação apenas será fornecida no caso de conta consolidadas

A Administração

PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
A Administração,

O Contabilista Certificado

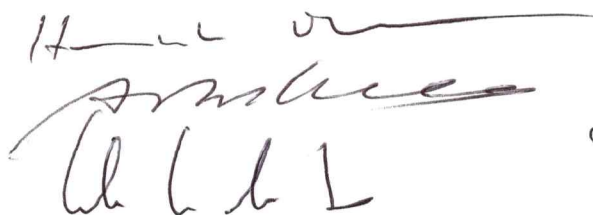



Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas do exercício de 2019 da PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS DE PENACOVA E.M. declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas (individuais) ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contração pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;
- h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Os responsáveis subscritores:



PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
A Administração,

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário - 2019

PENAPARQUE 2 E.M.

A. Objetivos e Missão

A PENAPARQUE2 E.M. tem como missão a gestão e promoção de equipamentos municipais, tal como está na sua designação oficial. O principal objetivo é promover Penacova através das suas áreas de atuação, quer seja através de captação de empresas para os seus espaços de acolhimento, quer seja através da promoção de diversos equipamentos em tão diversas áreas que vai da hotelaria até ao estacionamento.

B. Estrutura Acionista

A PENAPARQUE2 E.M., enquanto Entidade que pertence ao Setor Público Empresarial Local, tem um Capital Social de 50.000,00 €, integralmente subscrito pelo Município de Penacova.

C. Participações Sociais

A PENAPARQUE2 E.M. não detém nem participações sociais nem obrigações de outras entidades.

D. Prestação de Garantias Financeiras

Não existem.

E. Plano de Atividades e Orçamento

O Plano de Atividades e Orçamento é apresentado anualmente pelo Órgão de Gestão, o Conselho de Administração, ao órgão executivo da Câmara Municipal de Penacova, que delibera a sua aprovação ou não.

F. Documentos Anuais de Prestação de Contas

Os documentos anuais de prestação de contas incluem o Relatório de Gestão, os Anexos das Demonstrações Financeiras, Demonstração de Resultados e Balanço, o parecer do Revisor Oficial de Contas e a Ata de Aprovação de Contas. Todos estes documentos são preparados pelo

Conselho de Administração e aprovados ou não pelo Executivo da Câmara Municipal de Penacova.

G. Órgãos Sociais

De acordo com o artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto de 2012, os órgãos da PENAPARQUE2 E.M. são os seguintes:

- O Conselho de Administração;
- O Fiscal Único;
- A Assembleia Geral.

1. Conselho de Administração

A PENAPARQUE2 E.M. tem como órgão de administração um conselho de administração, com um elemento remunerado (número 3, art.º 25.º do Decreto-Lei 50/2012, de 31 de Agosto de 2012), a quem cabe garantir o cumprimento dos objetivos base, delinear a estratégia adequada à empresa, bem como exercer a totalidade dos poderes de gestão da entidade, sendo assim o único órgão com funções de gestão no seu seio.

Em 2013 o mandato do Conselho de Administração foi terminado com a eleição de novos órgãos executivos da entidade pública participante (Município de Penacova), e um novo mandato teve o seu início a 13 de Dezembro com a tomada de posse dos mesmos elementos, por força da deliberação da Assembleia Geral.

A composição do conselho de administração é a seguinte:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		N.º Mandatos Exercidos na Entidade
			Ata Tomada Posse	Data	
15-01-2010 a 12-12-2013	Presidente	Humberto José Baptista Oliveira	204	09/12/2013	2
13-12-2013 a 31-10-2021					
18-05-2012 a 12-12-2013	Membro	Celso Gaspar Vieira Simões	204	09/12/2013	2
13-12-2013 a 31-10-2021					
15-01-2010 a 12-12-2013	Membro	António Ralha Ribeiro	204	09/12/2013	2
13-12-2013 a 31-10-2021					

Os elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração, são os descritos de seguida:

Humberto José Baptista Oliveira

Registo académico:

Licenciado em Economia em 1996 pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;

Pós Graduação em Contabilidade e Auditoria em 2007 pela Universidade de Aveiro

Registo profissional:

Presidente do Município de Penacova desde 2009

Presidente do Conselho de Administração da PENAPARQUE2 E.M. desde 2010

Vogal do Conselho de Administração das Águas do Mondego S.A. desde 2011

Sócio Gerente da Contas Simplificadas Lda (2002-2008)

Assessor de Administração, Materiais de Construção Progresso de Mortágua S.A. (2004-2005)

Gerente da PENAPARQUE – Investimento e Gestão do Parque Industrial de Penacova Lda (2002-2004)

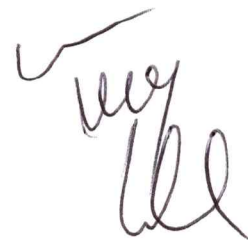
Coordenador Geral da PENSAR – Associação de Desenvolvimento Integrado de Penacova (2001-2004)

Diretor Financeiro da PENAGESSO – Projeção de Gesso de Penacova Lda (2000-2001)

Formador e Consultor em diversos programas de formação (1997-2008)

Equiparado a Professor Assistente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria (2007-2009)

Equiparado a Professor Adjunto na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital (2005-2007)

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Vieira Simões', is located in the top right corner of the page.

Celso Gaspar Vieira Simões

Registo académico:

Licenciatura em Economia em 2008 pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Estudos Avançados em Economia em 2008, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Registo Profissional:

Membro do Conselho de Administração da PENAPARQUE2 E.M. desde 2012

Colaborador a título consultivo do Município de Penacova desde 2012

Estágio no âmbito do PEPAL no Município de Penacova (2011-2012)

Adjunto de Chefe de Loja na Lidl Lda (2008-2011)

António Ralha Ribeiro

Registo académico:

Licenciado em Engenharia Eletrotécnica em 1971 pelo Instituto Superior Técnico

Registo Profissional:

Subdiretor da Rede Elétrica da Zona Centro, na EDP, de 1981 a 2008

2. Fiscalização

O órgão de fiscalização da PENAPARQUE 2 E.M. é o Fiscal Único nos termos dos números 2 e 5 do Artigo 25.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012. Foi decidido em Assembleia Municipal do Município de Penacova (Órgão Deliberativo da PENAPARQUE2 E.M.) do dia 28 de Dezembro de 2013 que o Fiscal Único é a empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A..

3. Revisor Oficial de Contas

As funções de Revisor Oficial de Contas, nos termos dos Estatutos da PENAPARQUE2 E.M., são desempenhadas pelo Fiscal Único.

4. Assembleia Geral

A Assembleia Geral foi constituída em 9 de Dezembro de 2013, nomeada pelo Executivo do Município de Penacova a 6 de Dezembro de 2013, e tem como elemento único:

João Filipe Martins Azadinho Cordeiro como elemento representante do Município de Penacova.

Este órgão já teve como atividade a nomeação do Conselho de Administração para novo mandato a 9 de Dezembro de 2013.

5. Remunerações

I. Competência para a Determinação

As remunerações dos órgãos sociais são fixadas pela Assembleia Geral, de acordo com o Artigo 26.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012. Tendo em conta o descrito no número 3 do Artigo 25.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012, somente um elemento do Conselho de Administração é remunerado. Em 2018, as remunerações do Conselho de Administração estruturam-se da seguinte forma:

Cargo	Nome	Vencimento	Subs. Alimentação	Ajudas - Deslocações em Viatura Própria	Senhas de Presença
Presidente	Humberto José Baptista Oliveira	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Membro	Celso Gaspar Vieira Simões	19.708,50 €	1.030,32 €	3.875,55 €	0,00 €
Membro	António Ralha Ribeiro	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

II. Estrutura das Remunerações

Nos termos do número 2 do Artigo 30.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012, o valor das remunerações dos membros dos órgãos de gestão ou de administração das empresas locais é limitado ao valor da remuneração de vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal respetiva. No caso da PENAPARQUE2 E.M., ao único elemento remunerado foi estipulado uma remuneração mensal de 1.000,00 euros no primeiro mandato, ao qual acresce subsídio de alimentação de 4,27 euros por dia, e os custos com as deslocações em serviço em viatura própria de acordo com os termos da lei. Para o segundo mandato o valor da remuneração deste elemento da administração foi estipulado em 1.201,48€, sendo que o valor correspondente a esta remuneração foi adiado devido à normativa do Orçamento Geral de Estado que prevê a obrigatoriedade de não aumento dos Encargos com Pessoal em relação ao ano anterior. Esta aplicação surgiu efeito no ano de 2017 com a garantia de não aumento dos custos de pessoal em relação ao exercício anterior. Em 2019 o valor da remuneração do membro Celso Simões foi fixado em 1.407,75€, com a condicionante de que o valor dos custos com pessoal não sofresse nenhum aumento face ao ano de 2018.

III. Divulgação das Remunerações

A indicação do montante anual da remuneração auferida pelos membros do órgão de administração está mencionada no ponto A deste capítulo.

O montante anual de remuneração auferida pelo Fiscal Único é de 1.300,00 euros.

H. Transparência

A PENAPARQUE2 E.M. efetua uma prestação contínua de informações sobre o seu desempenho ao seu acionista ao longo do ano, quer seja através de comunicações diretamente ao Executivo Municipal, quer seja através do seu Presidente do Conselho de Administração que é simultaneamente Presidente da Câmara Municipal de Penacova.

Como a PENAPARQUE2 E.M. não se encontra classificada nos grupos A e B nos termos das Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 16/2012 de 14 de Fevereiro, e 18/2012 de 16 de Fevereiro, não está obrigada a submeter a informação financeira anual a uma auditoria externa.

I. Corrupção, Ética e Conduta

Não existem ocorrências nem riscos de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro.

O Conselho de Administração atua perante uma forte conduta de ética, e trata com equidade todos os seus fornecedores, clientes e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa.

J. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

Não aplicável.

K. Responsabilidade Social

A PENAPARQUE2 E.M. tem adotado diversas medidas de contenção de despesa ao nível da eletricidade, o que contribui indiretamente para a diminuição das emissões de dióxido de carbono (tendo em conta a estrutura média de produção em Portugal por fontes de energia). Por outro lado, tem existido uma promoção da instalação de Parques Eólicos no Concelho de Penacova, através de Contrato Programa celebrado com o Município de Penacova, no âmbito do qual a EDP Renováveis tem um estudo em curso.

L. Recursos Humanos e Promoção de Igualdade

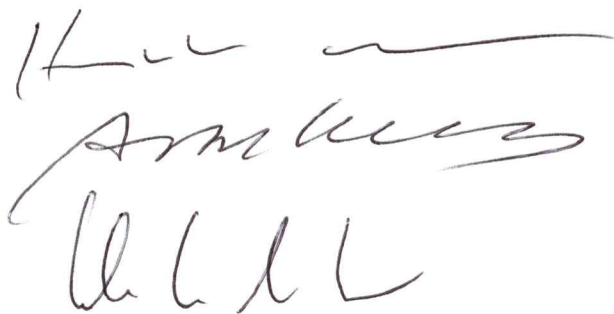
A motivação dos Recursos Humanos é uma atividade diária na gestão da PENAPARQUE2 E.M., existindo uma plena consciência por parte do Conselho de Administração que o seu maior ativo são os seus colaboradores, tratando-os com respeito e integridade. Tendo em conta a sua estrutura de recursos humanos, e as interações diárias, não existem quaisquer tipos de discriminação ou de desigualdade de oportunidade entre géneros.

M. Independência e Participações Patrimoniais

Os membros do Conselho de Administração não possuem qualquer tipo de relações com os fornecedores e clientes da PENAPARQUE2 E.M. ou com as Instituições Financeiras com que a empresa trabalha, que possam ser suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

N. Divulgação de Informação

A PENAPARQUE2 E.M. procede à divulgação de toda a informação atualizada, no site do Município de Penacova, no separador específico da PENAPARQUE2 E.M..

Three handwritten signatures in dark ink. The top signature is a long, horizontal stroke. The middle signature is more complex, with several loops. The bottom signature consists of four distinct, vertical strokes.

PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
A Administração,



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176 * CMVM n.º 20161478

PARECER DO FISCAL ÚNICO

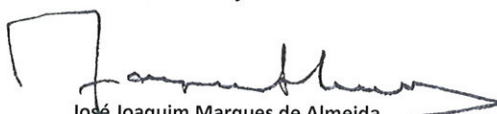
Sobre o conteúdo do relatório de boas práticas de governo societário referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

Exma. Administração
Exmo. Detentor do Capital

O Fiscal Único verificou se o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário do **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, incluía os elementos informativos sobre a estrutura e as práticas de governo societário, referidos no Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de Outubro, com as alterações posteriores.

Após aquela análise, o Fiscal Único atesta, conforme requerido no n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de Outubro, com as alterações posteriores, que o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário mencionado no parágrafo anterior, inclui todos os elementos informativos acima referidos e exigíveis ao **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

Coimbra, 17 de junho de 2020


José Joaquim Marques de Almeida
Em representação de:
~~Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados~~
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.